

A memória da capital federal: representação de Brasília e do Distrito Federal nas coleções de memória regional em bibliotecas

The memory of the federal capital: how Brasília and the Federal District are represented in regional memory collections in libraries

Mariana Giubertti Guedes Greenhalgh

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, UnB, Brasília; Bibliotecária do quadro da Biblioteca Nacional de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2715-0554>

E-mail: mariggreenhalgh@gmail.com

Resumo

As bibliotecas podem reunir em seus acervos coleções de memória visando à preservação, e no caso das coleções de memória regional, as bibliotecas reúnem obras que se relacionam a determinada região, estado ou cidade, representando a sua coletividade. Na capital federal existe uma peculiaridade na estrutura geográfica tendo a área do Distrito Federal separada em Regiões Administrativas e com Brasília sendo a única cidade. Com o objetivo de analisar a representação de Brasília e do Distrito Federal nas publicações de livros e folhetos em coleções sobre a capital federal em bibliotecas, realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, por meio de análise documental e análise de conteúdo em três coleções bibliográficas denominadas Brasília, realizando um mapeamento das obras e dos assuntos, bem como das localidades abordadas nas publicações. Como resultado, foram identificados 1.799 livros e folhetos nas três coleções, e desses, 1.203 títulos que tratam, como assunto principal, de Brasília (760 títulos), do Distrito Federal (367 títulos) e das Regiões Administrativas (76 títulos). Dos assuntos identificados, Brasília é amplamente associada à Literatura, História, Arte, Arquitetura e Sociologia, enquanto o Distrito Federal se relaciona com temáticas voltadas para Geografia, Política e Economia. Conclui-se que apesar da capital federal estar no Distrito Federal, não sendo composta só por Brasília, as publicações presentes nas Coleções Brasília corroboram com uma história linear e hegemônica construída desde a transferência e construção da nova capital, abordando principalmente Brasília, unidade espacial idealizada, em detrimento das outras Regiões Administrativas que compõem o Distrito Federal.

Palavras-chave: desenvolvimento de coleções; avaliação da coleção; coleções especiais.

Abstract

Libraries can assemble memory collections in their holdings for preservation purposes; in regional memory collections, they gather works related to a specific region, state, or city, representing its community. The federal capital has a geographic peculiarity: the Federal District is divided into Administrative Regions, and Brasília is the only city. To analyze how Brasília and the Federal District are represented in books and pamphlets within “Brasília” collections in libraries, a descriptive, exploratory study was conducted using document and content analysis of three such collections, mapping the works, subjects, and locations covered. The study identified 1,799 books and pamphlets across the three collections; of these, 1,203 primarily address Brasília (760 titles), the Federal District (367 titles), and the Administrative Regions (76 titles). Among the subjects identified, Brasília is strongly linked to Literature, History, Art, Architecture, and Sociology, whereas the Federal District is associated with Geography, Politics, and Economics. It is concluded that, although the federal capital lies within the Federal District and is not limited to Brasília, the publications in the Brasília Collections reinforce a linear, hegemonic narrative built since the transfer and construction of the new capital—focusing mainly on Brasília, the idealized spatial unit, to the detriment of the other Administrative Regions that make up the Federal District.

Keywords: collection development; collection assessment; special collections.

1. Introdução

Em bibliotecas, a criação de coleções de memória regional, ou local conforme Faria e Pericão (2008), é uma forma de preservar e valorizar a história e a cultura da região onde estão inseridas. As autoras afirmam que uma coleção local tem como finalidade “oferecer aos usuários da biblioteca todas as fontes de informação possíveis sobre qualquer particularidade da história e vida dessa zona” (Faria; Pericão, 2008, p. 176). Segundo Greenhalgh e Grennhalgh (2022), as coleções de memória regional reúnem documentos que se relacionam a este espaço social e geográfico, podendo ser sobre a história da região, de escritores nascidos ou que se identifiquem com ela, ou de obras produzidas nesta localidade. Quando se trata da reunião de uma memória regional que permite entender fatos, informações e relatos sobre determinada área, estas coleções se inserem na construção, preservação e divulgação de uma memória coletiva.

Pollak (1989), no estudo das memórias coletivas, defende uma análise mais aprofundada de sua função na história. Essa construção coletiva de acontecimentos e interpretações do passado tem como objetivo preservar um sentimento de pertencimento de coletividades que podem ser relacionadas a famílias, clãs, regiões, igrejas, partidos, sindicatos, aldeias, nações, dentre outras. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis” (Pollak, 1989, p. 9).

No entanto, as coleções de memória regional são formadas não só por publicações históricas, mas por toda uma produção que evidencie a região, pois é a partir dessa reunião bibliográfica, com a pluralidade de fatos registrados, informações e relatos de sujeitos em suas experiências individuais e coletivas, que é possível mapear e analisar as narrativas de uma determinada região.

Distrito Federal (DF) e Brasília possuem peculiaridades conceituais no que diz respeito ao limite do que é considerado cidade e todo seu processo de expansão urbana. Pois, não existe só a Brasília, idealizada pelos fundadores, na área do DF, mas também as Regiões Administrativas (RAs) que formam esse conjunto social na capital federal, que contribuíram para a construção de várias identidades regionais. Antes chamadas de cidades-satélites, essas regiões se localizavam nos arredores do Plano Piloto, sendo consideradas, muitas vezes, como cidade-dormitório, pois boa parte da população que mora nessas cidades, se desloca à área

central para trabalho e estudo. A denominação “cidade-satélite” foi estabelecida por lei em 1960. No entanto, em 1961, o DF foi dividido em subprefeituras e, a partir de 1964, em Regiões Administrativas (RAs), distinguindo-se pela numeração atribuída a cada uma delas. Em 1998, foi publicado um decreto do governo que proibiu o uso da expressão “cidade-satélite” em documentos oficiais, tendo em vista que era um termo considerado depreciativo. (Brasil, 1960, 1964; Distrito Federal, 1998).

Para um entendimento prévio do que se pode encontrar nas coleções sobre Brasília, no que diz respeito à localidade, existem bibliografias especializadas sobre a capital federal, listando publicações diversas sobre a região. Foram identificadas três bibliografias: *Bibliografias: Brasília*, de 1972, *Brasília 360: repertório bibliográfico* e *Bibliografia Brasília*, ambas de 2020, todas publicadas pela Câmara dos Deputados. As duas primeiras possuem uma organização temática na listagem das obras, porém a última apresenta todas as referências em ordem alfabética.

Na primeira bibliografia foram listadas 6.242 fontes documentárias, divididas em 13 capítulos, nenhuma delas tratando especificamente do Distrito Federal e uma tratando das “Cidades Satélites” com 75 referências. Na publicação *Brasília 360* foram listados 360 livros, organizados em quatro blocos: Brasília, capital em construção; Brasília, Plano Piloto; Brasília, Distrito Federal; e Brasília, objeto artístico. Nessa bibliografia, a temática relacionada ao Distrito Federal é a com maior número de referências, com 115 títulos.

Todas as bibliografias apresentam em suas listagens, obras sobre o Distrito Federal e sobre as Regiões Administrativas. Mesmo a publicação *Bibliografias: Brasília* não trazendo o Distrito Federal como um capítulo separado, o DF se faz presente nos títulos, tanto daqueles que tratam de todo o processo para a definição da nova capital, quanto àqueles que tratam da administração pública em Brasília. Sendo assim, Brasília e o Distrito Federal se tornam temas relacionados e nos estudos das coleções sobre Brasília, é possível esclarecer essa associação a partir dos títulos e assuntos presentes nestas coleções.

Considerando a importância das coleções de memória regional para a preservação da história de uma localidade, e pela possibilidade de mapear essas coleções para entender a construção de uma memória coletiva e social, o presente trabalho tem como objetivo analisar a representação de uma memória coletiva em coleções de memória regional da capital federal, a partir da representação de Brasília e do Distrito Federal nas publicações de livros e folhetos.

Para esta pesquisa, foram identificadas três Coleções Brasília em bibliotecas localizadas no Distrito Federal, que reuniram livros e folhetos abordando a capital federal, sendo elas: Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB), Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) e Biblioteca Affonso Heliodoro dos Santos (BAHS) do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF). Com o mapeamento dos documentos presentes nessas coleções, foram analisadas as temáticas apresentadas e as relações com as localidades que se conectam com à história da capital federal.

2. Memória coletiva e social

A memória, segundo Chauí (2005, p. 138), “é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”. No âmbito individual, as lembranças podem evocar uma memória, e essa lembrança é possível a partir de uma pessoa e de seu ponto de vista ou a partir de uma sociedade por imagens parciais. Segundo Halbwachs (2015, p. 69), mesmo a lembrança mais pessoal “sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos”. São os indivíduos que se lembram, como integrantes do coletivo, em que as memórias individuais têm pontos de vista diferenciados sobre a memória coletiva, pois cada um tem sua perspectiva e no apoio um dos outros, é possível construir a memória em conjunto. “Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social” (Halbwachs, 2015, p. 69).

A memória, no entanto, não é nutrida só com o compartilhamento de lembranças individuais, pois existem os interesses também políticos e jogos de poder na construção de uma memória, a partir de uma influência na construção de identidades de grupos. A memória é considerada na construção e reconstrução histórica, entendida como um objeto da história, por representar o passado, enquanto a história em si utiliza uma metodologia específica na construção crítica a partir de um respaldo teórico, sendo menos vulnerável aos interesses diversos do que a memória. Mas a história também é fruto de um contexto social, e, portanto, suscetível de manipulações e fabricações, contudo, a memória é mais maleável, à mercê de mudanças culturais e políticas do presente, onde ocorrem as disputas políticas de poder.

Segundo Nora (1993, p. 17), o uso da memória como objeto da história “obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória

faz de cada um o historiador de si mesmo”. A memória coletiva é formada pelas memórias individuais, mas, segundo Halbwachs (2015, p. 72), não se confunde com elas, visto que, no momento que as lembranças individuais se sobressaem, “estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal”.

A memória social ou histórica, segundo Chauí (2005), é aquela fixada por uma sociedade a partir de registros, resultados de uma vida coletiva. É objetiva, pois existe fora do ser humano, conservada em objetos. Para Halbwachs (2015), no entanto, ela não está representada somente em livros e gravuras que o passado deixou como vestígios na sociedade, pois “também [a] percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e em tais ambientes” (Halbwachs, 2015, p. 87).

Segundo Halbwachs (2015), a necessidade de escrever a história, inclusive de uma sociedade, surge na percepção de que se passou muito tempo do acontecido, precisando aproveitar testemunhas que conservem as lembranças. A partir do momento que não há um suporte do grupo no resgate da memória, a única forma de se preservar as lembranças é “fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem” (Halbwachs, 2015, p. 101).

Admitamos que a história nacional seja um resumo fiel dos acontecimentos mais importantes que modificaram a vida de uma nação, que se distingue das histórias locais, provinciais, urbanas pelo fato de reter apenas os fatos que interessam ao conjunto de cidadãos – ou melhor, dos cidadãos, enquanto membros da nação. Para que a história assim entendida, mesmo sendo muito detalhada, nos ajude a conservar e reencontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico (Halbwachs, 2015, p. 99).

Na construção da história, não há como resgatar uma memória universal do ser humano, pois toda memória coletiva é limitada pelo tempo e espaço do seu grupo. E esse aproveitamento da memória para estruturar as narrativas históricas não se dá de forma natural, sendo necessário identificá-lo no contexto dos acontecimentos, que podem ser externos ao grupo, e definir suas semelhanças na comparação das memórias, que possuem traços comuns, mas também possuem variações. Sendo assim, a história apresenta uma visão abreviada do que se passou, simbolizando pontualmente processos de mudanças que ocorreram com povos ou indivíduos em situações lentas de evoluções comunitárias (Halbwachs, 2015).

Halbwachs (2015) destaca, no entanto, que a múltipla memória coletiva não se detém apenas no que se assemelha, pois, a memória precisa ser diferenciada em certa medida,

considerando que cada um do grupo possui uma história de vida. Mas o que se destaca ao resgatar a memória é aquilo que se parece, fortalecendo a ideia de identidade. A memória coletiva representa o grupo, apontando “um quadro de si mesma que certamente se desenrola no tempo, já que se trata do seu passado, mas de tal maneira que ele sempre se reconheça nessas imagens sucessivas” (Halbwachs, 2015, p. 109).

Le Goff (2013, p. 390), ao tratar do esquecimento, entende que a memória coletiva foi utilizada na “luta de forças sociais pelo poder”, já que no momento em que se destaca a memória de determinados grupos, pode resultar no esquecimento de outros. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (Le Goff, 2013, p. 390).

No resgate dessas memórias coletivas, Le Goff (2013, p. 394) aponta a distinção do uso ou não da escrita nas sociedades. Naquelas sociedades ágrafas, a memória coletiva parece se arranjar em três grandes interesses: a idade coletiva do grupo, o prestígio das famílias dominantes e o saber técnico. No entanto, o aparecimento da escrita permitiu o progresso e a transformação no trato da memória coletiva. Um exemplo é na celebração por um monumento ou inscrições comemorativas. Outro exemplo se dá no documento escrito em suporte adequado, que permite armazenar informações e processo de registro.

É nessa ferramenta de registro da memória que as bibliotecas podem atuar, no armazenamento da memória documental produzida pela sociedade. Segundo Santa Anna *et al.* (2014, p. 48), “é por meio do tratamento e armazenamento das informações produzidas em uma determinada época que essas memórias poderão ser recuperadas e utilizadas pelas gerações futuras”. E sobre os acervos históricos, Campello (2006, p. 8) pontua que “a noção de identidade coletiva e o desejo de dar continuidade a essa identidade parecem ser os principais pontos em que se apoia o conceito de preservação da memória”.

3. Brasília e Distrito Federal

Antes de analisar os documentos que compõem a Coleção Brasília, é necessário entender a região que essas obras representam. Brasília, nome que remete a Brasil em latim, é a capital federal do Brasil desde 1960, a terceira capital brasileira, seguida de Salvador (1549-1763) e do Rio de Janeiro (1763-1960). Brasília está localizada no Distrito Federal, que é uma unidade federativa autônoma, assim como a União, os Estados e os Municípios, que integram a organização político-administrativa do Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988.

Ao tratar da história de Brasília, um marco é automaticamente associado: o processo de transferência da capital federal, culminando na construção de Brasília. Segundo IPHAN (2016), desde o século XVIII já se considerava a transferência da capital federal para o interior do Brasil e dentre as motivações estavam: a segurança da capital, a integração nacional e o desenvolvimento econômico do interior do território brasileiro. Com a promulgação da primeira constituição da república em 1892, o presidente Floriano Peixoto designou uma comissão de cientistas para “explorar e demarcar uma área no Planalto Central destinada a acolher o futuro Distrito Federal” (IPHAN, 2016, p. 15). A Comissão Exploradora do Planalto Central, conhecida como Missão Cruls por ser liderada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls, delimitou uma área de 14.400 km².

Com a aprovação da lei, que determinava a realização de um estudo conclusivo para a edificação da nova capital pelo congresso em 1952, novos estudos foram realizados. “O estudo, conhecido como Relatório Belcher, foi concluído em 1955 e indicava uma área de 52 mil km² para a construção” (Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, 2020, *online*). Dentre várias áreas estabelecidas que poderiam receber a nova capital, a área definida foi o Sítio Castanho, dentre 5 sítios diferenciados por cores, que abrangia os municípios goianos de Formosa, Planaltina e Luziânia. Na época, o Sítio Castanho era ocupado por algumas fazendas e dois núcleos urbanos: Planaltina e Brazlândia (Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, 2020).

Ao assumir a presidência da república em 1956, Juscelino Kubitschek levou adiante o projeto de transferência da capital reforçando o nome Brasília, sugerido em 1823 por José Bonifácio de Andrade e Silva (Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, 2020). No mesmo ano de sua posse, Juscelino lançou um edital internacional para selecionar o melhor projeto para a construção da capital, tendo o urbanista Lúcio Costa como vencedor do concurso

com seu Plano Piloto, sendo referido popularmente como um avião. O plano possuía duas Asas, a Sul e a Norte, onde foram edificados prédios para uso residencial, comercial e hospitalar. O Eixo Monumental permeia as duas Asas e abriga a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes. (Paviani, 2020, p. 13).

“Para a construção da Nova Capital, o governo convocou, com promessas de salário e emprego, trabalhadores de todos os cantos do país” (IPHAN, 2016, p. 17). Dessa forma o Planalto Central recebeu milhares de brasileiros vindos de todas as regiões do país, num dos maiores fluxos migratórios da história do Brasil. Essa situação resultou na criação das cidades-satélites, hoje denominadas Regiões Administrativas, sendo um processo de expansão urbana do Distrito Federal (DF), que se iniciou antes mesmo da finalização da construção de Brasília, com a iniciativa do governo criando núcleos urbanos na periferia para abrigar a população que migrava para o Planalto Central na área da nova capital (Maniçoba, 2019, p. 1).

Segundo o artigo 10º da Lei Orgânica do Distrito Federal, o DF “organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida” (Distrito Federal, 1993, *online*). Na prática administrativa, cada RA possui um administrador nomeado pelo governador, existindo uma relação intrínseca entre os administradores e o Governo do Distrito Federal. Com uma última atualização em dezembro de 2022, na inclusão de duas RAs, a estrutura do Distrito Federal, em 2024, se constitui em 35 Regiões Administrativas (RAs), sendo elas em ordem numérica romana (I a XXXV): Plano Piloto, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste, Varjão, Park Way, Estrutural, Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapoã, SIA, Vicente Pires, Fercal, Sol Nascente/Pôr do Sol, Arnaireira, Arapoanga e Água Quente.

Considerada uma cidade planejada, a nova capital, desde o início, se distanciou de ser igualitária. No momento de sua construção, já se manifestava uma seletividade espacial, pois, “o Plano Piloto, desde o início, caracterizava-se como um espaço urbano destinado ao funcionalismo público federal e à pequena burguesia, enquanto as cidades-satélites eram formadas a partir da pressão exercida pela população migrante” (Campos, 2010, p. 112). Essa população era composta de trabalhadores menos qualificados, relacionados principalmente à

construção civil, que inicialmente moravam perto dos canteiros de obras, em alojamentos ou áreas consideradas pelo governo como “invasões”.

Maniçoba (2019), ao falar da formação do território do DF, apresenta as primeiras RAs fundadas antes mesmo de 1960, que foram criadas para dar apoio à construção e abrigar a população que se aglomerava em invasões e os funcionários vindos do Rio de Janeiro, sendo elas: Núcleo Bandeirante (denominada inicialmente de Cidade Livre), Candangolândia, Fercal, São Sebastião, Taguatinga e Cruzeiro. Destas RAs, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Fercal e São Sebastião foram pensadas para serem locais provisórios, que posteriormente seriam desativados, fato que não ocorreu.

Ao considerar o planejamento urbano da capital federal, Paviani (2010) apresenta a tese da construção injusta do espaço urbano no Distrito Federal, baseada na elitização do centro, o Plano Piloto, e na marginalização da população de baixa renda às cidades-satélites. Paviani (2010) apresenta três momentos da história em que é possível perceber a seletividade socioespacial no processo de urbanização. No primeiro momento, a criação de Taguatinga, em 1958, foi “para o desafogo da pressão exercida pela massa candanga (operariado pioneiro) que, habitando a Cidade Livre (futuro Núcleo Bandeirante), clamava por melhores condições de moradia” (Paviani, 2010, p. 143). Tal feito, camuflado nos discursos políticos como a busca pelo bem-estar, era, no entanto, a solução para distanciar qualquer “favela” do Plano Piloto, evitando sujar a imagem modernista que Brasília deveria representar.

O segundo momento, apontado por Paviani (2010), se apresenta no final da década de 1960, quando a capital federal possuía cerca de 82.000 habitantes nas proximidades do Plano Piloto, incomodando o então presidente da república, general Médici no deslocamento da cidade. O Governo do Distrito Federal foi acionado e instituiu a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), transferindo esta população para a localidade de Ceilândia, mesmo sem infraestrutura. Sem oferta de trabalho na localidade, seus milhares de moradores precisavam se deslocar para o centro de Brasília em percursos mais demorados e gastos com deslocamentos, se tornando a maior cidade-dormitório, não só do DF, mas de toda região Centro-Sul.

No terceiro momento, Samambaia, que antes fora planejada como um novo assentamento, disponibilizando uma estrutura completa de atividades educacionais, culturais, sociais, de saúde, esportes, dentre outros, acabou sendo construída de forma desigual em meio a crises no governo. Sem poder concluir o que foi planejado para Samambaia, a cidade já vinha sendo habitada e com três anos de assentamento, tendo cerca de 2 mil habitantes, já apareciam

sinais de deterioração. Mesmo necessitando de acertos na infraestrutura durante o Governo de Joaquim Roriz (1988), a transferência de residentes é acelerada, tornando um povoamento desenfreado em locais ainda precários para habitação (Paviani, 2010).

Com todo o processo de segregação, Brasília ainda apresenta controvérsias no que diz respeito à sua definição, que coincide geograficamente com o Distrito Federal (DF), sendo sua única cidade. Essa relação de sobreposição parece ter sido tomada como óbvia, ao menos, pelo Governo do Distrito Federal de 2014 a 2018, quando tratava a si mesmo como "Governo de Brasília", sem explicar com clareza a relação entre Distrito Federal e Brasília. Em 2023, essa questão ainda não é esclarecida por nenhuma legislação; nem mesmo a Lei Orgânica do DF esclarece o que é Brasília no território do Distrito Federal. (Bessa; Boullosa, 2019).

Essa controvérsia do entendimento de Brasília ser todo o Distrito Federal está presente entre moradores, governantes locais e pesquisadores do assunto. Para efeitos de contagem e estatística, os órgãos federais não distinguem Brasília do Distrito Federal, considerando que os dados são elaborados levando-se em conta o município, o Distrito Federal não se divide em municípios, sendo composto pela única metrópole Brasília, e tendo as RAs equivalentes a distritos ou bairros desse município. Exemplificando esse fato, foi o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considera Brasília a área completa do DF. Então, considerando meios oficiais, Brasília e o Distrito Federal possuem a mesma área geográfica. (Brasil, 2020).

No entanto, segundo Bessa e Boullosa (2019), “na linguagem corrente e no dia-a-dia da sua população, Brasília não equivale ao Distrito Federal”, pois nas divisões das RAs “Brasília é frequentemente compreendida como sendo apenas uma delas, coincidindo com o Plano Piloto” (Bessa; Boullosa, 2019, p. 121-122). Isso acontece porque Brasília já foi denominada como a Região Administrativa I, de 1960 a 1989 e de 1990 a 1997. A última modificação foi feita pela Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997, que alterou a denominação pelo Art. 1º, definindo que a Região Administrativa I – Brasília passa a denominar-se Região Administrativa Plano Piloto, RA I. O núcleo central, que tem o Plano Piloto, é identificado popularmente por Brasília, região que se distancia de outras RAs no que diz respeito à qualidade de vida e violência urbana. Outra situação que relaciona o Plano Piloto à Brasília é o tombamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1987, como Patrimônio Cultural da Humanidade, passando a ser chamado “conjunto urbanístico de Brasília” (Bessa; Boullosa, 2019).

Brasília foi inaugurada em 1960, e toda a narrativa de sua construção acompanha a história de Brasília até hoje, sem desassociar personalidades diversas dentre políticos, engenheiros, arquitetos, urbanistas e artistas. Por mais que tenha se estabelecido uma narrativa linear sobre Brasília, cada vez mais é evidenciada a necessidade de novos olhares para essa história. Segundo Derntl (2021, *online*), “já desde meados dos anos 1950, vieram à luz livros, artigos, crônicas e registros diversos nos quais a mudança da capital para o interior foi apresentada como ideal coletivo acalentado há séculos”. É a partir dessas narrativas que se inicia a história de Brasília. Uma dessas publicações que elaboram uma visão canônica da construção de Brasília é a série de 18 livros publicados, em sua maioria na década de 1960, pelo Serviço de Documentação da Presidência da República e que foram denominados como Coleção Brasília. “Nessa, como em outras publicações emanadas de órgãos oficiais ou de apoiadores da ideia de Brasília, mostra-se uma visão tradicional de documento como supostamente neutro e de interpretação inequívoca” (Derntl, 2021, *online*).

A história hegemônica sobre Brasília pode resultar em publicações numa mesma linha narrativa, mesmo em 2024, após 64 anos da inauguração. Neste sentido, surgem iniciativas de se revisar essas narrativas. Nesse processo de problematizar a história de Brasília, o projeto de extensão *Outras Brasílias*, desenvolvido pelo Departamento de História da Universidade de Brasília, apresenta “registros e memórias sobre o Distrito Federal e busca superar o modelo de ‘história única’, centrada em grandes personagens como Juscelino Kubitschek” (Nery, 2023, *online*). O projeto traz um “estímulo para repensar a narrativa clássica e idealista da capital que muitas vezes invisibiliza a singularidade de projetos e sujeitos históricos” (Nery, 2023, *online*).

Este projeto não repensa só lacunas da historiografia de Brasília, mas busca construir a historiografia do próprio Distrito Federal, trazendo contranarrativas sobre o território do DF além do Plano Piloto e sobre os sujeitos apagados na história. Essas narrativas são recuperadas a partir de variadas fontes documentais, como arquivos pessoais, fotografias, jornais, cinema, literatura, dentre outras manifestações artísticas. Neste sentido, Derntl (2021) reforça que além da documentação escrita tradicional existem fontes diversas provenientes também de moradores, migrantes e observadores. “Fotografias, revistas, filmes, depoimentos orais, músicas e poesias passaram a ser vistos como expressão de representações sobre a cidade” (Derntl, 2021, *online*), pois refletem experiências rotineiras de pessoas diversas ou de determinados grupos sociais.

4. Metodologia

A pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, com objetivo de analisar, em coleções sobre Brasília, a representatividade de Brasília, do Distrito Federal e das Regiões Administrativas como assunto principal das obras. Para essa análise, primeiramente, selecionar de forma intencional a amostra, com bibliotecas localizadas no DF que tivessem Coleção Brasília e que representassem tipos distintos de biblioteca, sendo elas: Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Biblioteca Nacional de Brasília e Biblioteca Affonso Heliodoro dos Santos. Foram listadas todas as obras das coleções das três bibliotecas estudadas, compilando em uma só listagem para identificar obras similares nas coleções. Neste estudo, foram consideradas somente publicações em livros e folhetos, mesmo se a coleção contasse com obras de outras tipologias documentais.

Das bibliotecas estudadas, a BCE é uma biblioteca universitária que possui a Coleção Brasília há mais tempo, desde 1972. A coleção faz parte das Coleções Especiais, com um total de 857 títulos com acesso restrito e de consulta local. A BAHS é uma biblioteca especializada que possui a Coleção Brasília desde 2010, com um total de 729 títulos com acesso aberto, porém somente com consulta local. E a BNB é uma biblioteca pública que possui a Coleção Brasília desde 2019, com um total de 786 títulos com acesso aberto, tendo o primeiro exemplar como consulta local, e os outros exemplares podendo ser emprestados a domicílio.

O levantamento das coleções sobre Brasília foi realizado no primeiro semestre de 2023. Para esta análise, não foram contabilizados os exemplares das coleções, que de fato apresentaria a quantidade total de itens nas bibliotecas, pois o interesse da pesquisa era a informação dos títulos e de seus assuntos, e não na quantidade de exemplares que um título tem em cada coleção. Tendo em vista que cada biblioteca indexa com linguagem documentária diferente, sendo necessário padronizar os assuntos, para a análise dos assuntos identificados nas obras foi utilizado um processo de tradução dos termos para as divisões e categorias da metodologia Conspectus, estruturado pela *Online Computer Library Center* (OCLC). Essa metodologia é utilizada como instrumento para o gerenciamento e o desenvolvimento de coleções em bibliotecas, auxiliando na avaliação qualitativa do acervo.

A partir do mapeamento das obras, foi identificado o assunto de cada obra e as localizações tratadas: Brasília, Distrito Federal, Regiões Administrativas, Centro-Oeste, Planalto Central, dentre outros. Com esse levantamento e por meio de uma análise comparativa,

foi possível identificar as narrativas abordadas , demonstrando como se dá a construção da memória coletiva regional da capital federal nestas coleções. É necessário destacar que nas coleções existem obras que não possuem assuntos relacionados diretamente à Brasília ou ao DF como, por exemplo, obras biográficas sobre personalidades relacionadas à capital federal. Estas obras não foram analisadas no presente trabalho, pois o intuito era de entender a representação de Brasília, do DF, bem como das Regiões Administrativas, nestas coleções.

5. Análise das Coleções Brasília

No total, foram identificados 1.799 títulos de livros e folhetos distribuídos nas três Coleções Brasília e a abordagem dos títulos presentes nas coleções é variada. Com relação à localidade, é possível identificar obras que tratem de Brasília, do DF, das RAs, do Planalto Central, do Centro-Oeste, de cidades integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), de instituições localizadas no DF, de praças, parques, monumentos, dentre outras localidades.

Dos 1.799 títulos totais foram localizados 1.203 títulos que tratam, como assunto principal, de Brasília, do DF e das RAs: 760 obras sobre Brasília (42,2% do total), 367 obras sobre o DF (20,4% do total) e 76 obras sobre as Regiões Administrativas (4,2% do total). Além dessas 1.203 obras, foram localizados 40 títulos (2,2% do total) que tratam de Brasília ou do DF como assunto secundário nos documentos. Já nos primeiros dados é possível ver a discrepância numérica, pois a quantidade de obras sobre Brasília se aproxima à metade das obras totais. Da quantidade de 1.203 títulos que reúnem as três localidades consideradas assuntos principais, Brasília representa 63% dentre as três, o Distrito Federal representa 31% e as Regiões Administrativas representam somente 6%.

Totalizando 760 títulos sobre Brasília nas três bibliotecas, a Biblioteca Nacional de Brasília reúne mais títulos, com 454 títulos, seguida pela Biblioteca Central da UnB, com 335 títulos, e da Biblioteca Affonso Heliodoro dos Santos com 329 títulos. A BNB possui 213 títulos que não estão presentes nas outras duas coleções analisadas, e 78 obras foram encontradas nas três bibliotecas simultaneamente. Dentre essas publicações encontradas em todas as coleções, é possível identificar, por exemplo, os volumes da Coleção Brasília, publicada pelo Serviço de Documentação da Presidência da República, mencionada por Derntl (2021).

Dos documentos que abordam exclusivamente sobre o Distrito Federal, a soma nas três coleções chega a 367 obras, destes a BCE possui 221 títulos, a BNB possui 134 títulos, e a BAHS possui 99 títulos. Somente 13 títulos foram localizados simultaneamente nas três bibliotecas, sendo a BCE a que possui mais títulos que não aparece nas demais, com 170 obras.

No caso das RAs com tratamento individualizado nas publicações, 76 títulos totais foram identificados. A BNB é a biblioteca que mais possui títulos sobre as RAs na Coleção Brasília, totalizando 52 títulos, seguido da BAHS, com 33 títulos e a BCE com 28 títulos. Mesmo algumas RAs existindo antes da construção de Brasília e outras surgindo neste período ou na inauguração de Brasília, as Regiões Administrativas correspondem a assuntos tratados mais dentro do contexto do Distrito Federal do que individualmente. As RAs mais representadas individualmente nas publicações são Planaltina, Ceilândia e Taguatinga, que juntas somam 45 títulos, o equivalente a 2,5% das 1.799 publicações analisadas.

Pela análise das publicações, conforme as localidades, Brasília se torna o principal assunto, seguido do Distrito Federal e, por último, pelas Regiões Administrativas, tanto nas bibliografias publicadas pela Câmara dos Deputados quanto nas publicações presentes nas Coleções Brasília. As Bibliografias, mesmo não representando a totalidade das publicações, corroboram com a tendência quantitativa relacionada às localidades abordadas nas obras presentes nas Coleções Brasília.

Embora as obras tratem de Brasília, DF e RAs como assuntos principais, existem assuntos relacionados que desenvolvem perspectivas dessas localidades. A Tabela 1 apresenta a quantidade dessas publicações e cada assunto relacionado (conforme classificação estabelecida pelo *Conspectus*), resultando na visualização comparativa dos conteúdos presentes nesses títulos, permitindo identificar algumas tendências entre as localidades.

Tabela 1 – Dados comparativos das localidades como assunto principal

Classificação a partir do Conspectus	Brasília	DF	RAs
Língua, Linguística e Literatura	160	8	8
História e Ciências auxiliares	104	3	14
Arte e arquitetura	131	8	0
Sociologia	120	50	17
Ciências políticas	33	51	3
Comércio e economia	24	69	9
Educação	21	64	0
Antropologia	50	12	15
Geografia e Ciências da Terra	12	21	0
Ciências biológicas	7	10	2
Biblioteconomia, Generalidades e Referência	22	13	4
Engenharia e tecnologia	12	18	0

Artes cênicas	25	1	1
Direito (Legislação)	5	14	0
Agricultura	5	13	0
Filosofia e Religião	6	0	1
Profissões de saúde e saúde pública	1	11	1
Música	9	1	0
Educação Física e Recreação	10	0	1
Psicologia	3	0	0
TOTAL	760	367	76

Fonte: Dados da pesquisa.

Numa primeira análise, é possível verificar que os títulos sobre Brasília são relacionados, em maior escala, aos seguintes assuntos: “Antropologia”, “Arte e Arquitetura”, “Artes Cênicas”, “Biblioteconomia, Generalidades e Referência”, “Educação Física e Recreação”, “Filosofia e Religião”, “História e Ciências Auxiliares”, “Língua, Linguística e Literatura”, “Música”, “Psicologia” e “Sociologia”. Apesar de existir uma pluralidade cultural no Distrito Federal, as publicações identificadas sobre arte e cultura mencionam Brasília, dentre elas, vários catálogos de exposições realizadas em instituições localizadas no Plano Piloto. A fotografia, assunto conexo à “Arte e Arquitetura”, é relacionada a 52 publicações associadas à Brasília, dentre essas, existem as obras que dão destaque à capital e parte delas são registros históricos da construção de Brasília.

Já as obras que tratam do Distrito Federal são associadas em maior escala aos assuntos: “Agricultura”, “Ciências Biológicas”, “Ciências Políticas”, “Comércio e Economia”, “Direito”, “Educação”, “Engenharia e Tecnologia”, “Geografia e Ciências da Terra”, “Profissionais de Saúde e Saúde Pública”. Com relação às temáticas mais relacionadas ao DF, a questão territorial e geográfica é associada principalmente ao DF em vez de Brasília, principalmente se tratando de descrições físicas e da produção agropecuária. Outra questão que se relaciona mais ao DF do que à Brasília são às publicações governamentais com resultados de gestão, bem como sobre políticas públicas ou legislação. Dessa forma, ao tratar de economia ou desenvolvimento, as obras se relacionam principalmente com o Distrito Federal, área do Governo Distrital.

É possível perceber que, enquanto os documentos que tratam de Brasília apresentam várias narrativas históricas e culturais, os documentos que tratam do Distrito Federal possuem uma abordagem governamental, não sendo parte do imaginário e do destaque que Brasília tem. O Distrito Federal, se torna o equivalente à área territorial da capital federal. Na comparação entre as obras sobre Brasília e o Distrito Federal, algumas disparidades em termos de quantidade de títulos são identificadas nos assuntos tratados. A mais relevante delas é relacionada a temática “Língua, Linguística e Literatura,” em que 160 tratam de Brasília e 8 tratam do DF,

isso se justifica com Brasília sendo grande inspiração literária, principalmente na poesia. Outra diferença está nas obras que tratam de “Arte e Arquitetura,” contemplando Brasília com 131 títulos e apenas 8 sobre o DF. A arquitetura de Brasília se destaca desde sua construção na identidade de cidade modernista, especificamente a área do Plano Piloto, tombada como patrimônio da humanidade, como já mencionado.

Outra disparidade encontrada foi na temática “História e Ciências Auxiliares”, encontrada em 104 obras sobre Brasília e somente três sobre o Distrito Federal. A abordagem histórica tem a tendência de se relacionar à Brasília, em vez do Distrito Federal. Esse fato reforça a necessidade de projetos como *Outras Brasílias* no entendimento de se construir uma historiografia do Distrito Federal, visto que a temática histórica não é explorada em livros e folhetos. Por fim, temos a disparidade numérica na temática da “Sociologia”, encontrada em 120 obras sobre Brasília e 50 obras sobre o DF. Nas subdivisões do Conspectus nessa temática, é possível identificar assuntos como “Urbanização”, “Planejamento Urbano”, “População Urbana”, “Classes Sociais”, dentre outros, que se relacionam diretamente com a construção de Brasília e com essa organização urbana ao longo dos anos. Apesar de ser uma questão que afeta todo o Distrito Federal, existe uma associação constante com Brasília.

Nas 40 obras que tratam de Brasília ou do DF como “assuntos secundários” nos documentos, e que, portanto, não estão contemplados na Tabela 1, a temática mais presente entre essas publicações é “Arte e Arquitetura”, com 10 títulos, comparando a arquitetura moderna de Brasília com cidades em outros países. No caso do DF, dos assuntos mais presentes nas publicações são aqueles que tratam do desenvolvimento econômico com cidades da RIDE, geralmente associados à temática “Comércio e Economia”, com sete títulos.

Entre as obras que tratam das Regiões Administrativas como assunto principal, foi possível identificar obras sobre Planaltina (18 títulos), Taguatinga (14 títulos), Ceilândia (13 títulos), Gama (5 títulos), Núcleo Bandeirante (5 títulos), Plano Piloto (5 títulos), Cruzeiro (3 títulos), Guará (3 títulos), Vila Planalto (2 títulos), Paranoá (2 títulos), Sobradinho (2 títulos), Candangolândia (1 títulos), Estrutural (1 títulos), Noroeste (1 títulos), Recanto das Emas (1 títulos), Riacho Fundo (1 títulos), Samambaia (1 títulos), Brazlândia (1 títulos) e Águas Claras (1 títulos). Dos temas tratados em obras sobre as RAs, “Sociologia”, “Antropologia”, “História e Ciências Auxiliares” e “Comércio e Economia” são os mais frequentes, tendo 17, 15, 14 e 9 títulos respectivamente. Enquanto que nas obras que tratam de Brasília, “Arte e Arquitetura” é o segundo assunto mais tratado, nenhuma publicação sobre as RAs tem essa temática

identificada, demonstrando um distanciamento cultural e artístico dessas regiões em comparação à área central do DF.

Pelo levantamento é possível perceber que 16 RAs não foram representadas como assunto principal nas Coleções Brasília, dentre elas, algumas das mais populosas no DF, como Santa Maria e São Sebastião. Conforme aponta a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), da Codeplan (2021), as RAs Ceilândia e Samambaia são áreas mais populosas do que o Plano Piloto, seguindo de Taguatinga, Planaltina, Guará, Gama, Recanto das Emas, Santa Maria, Águas Claras e São Sebastião. Sendo assim, existe uma população extensiva em todo o Distrito Federal necessitando de representação, que não se vê nas obras que fazem parte das Coleções Brasília.

Desta forma, as coleções seguem a percepção de valorização de Brasília como capital federal e do Distrito Federal como um conjunto uníssono, sem destacar ou reconhecer a multiplicidade das regiões mais afastadas do centro. Existe, portanto, um afastamento das RAs em comparação à área nobre do Plano Piloto, mesmo nas produções bibliográficas, com produções de conteúdo voltadas a espaços urbanos mais privilegiados em detrimento de locais marginalizados, desde sua criação.

Considerando a memória coletiva representada nas três Coleções Brasília, fica claro que a produção reunida dá visibilidade à uma história hegemônica, corroborando narrativas apresentadas pelos governantes desde sua construção. A memória, fruto das vivências de quem chegou à capital desde sua construção e que não repercute a narrativa hegemônica, não é localizada e nem representada como memória da coletividade nessas coleções. Essa problemática é apontada por Pollak (1989), ao refletir sobre o interesse social às memórias dos excluídos, dos marginalizados e das minorias na construção de uma memória coletiva, estas consideradas “memórias subterrâneas” que se contrapõem à “memória oficial,” construída a partir de interesses políticos.

Como aponta Pollak (1989), dessa forma, a memória entra em disputa, que pode estar ligada ao processo de dominação em várias perspectivas, não sendo necessariamente uma dominação do Estado, “a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil” (Pollak, 1989, p. 5). Segundo o autor, essa disputa encontra-se mais nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.

Derntl (2021) reforça que, desde a década de 1970, as pesquisas sobre Brasília “contaram com entrevistas como fontes alternativas às narrativas dominantes e como expressões das vozes de indivíduos ou grupos marginalizados”. E foi possível constatar, em estudos recentes sobre história cultural, que as fontes orais “são consideradas em seu valor intrínseco e não apenas complementar” (Derntl, 2021, online).

Dos registros de uma memória coletiva inclusiva, os registros bibliográficos não possuem representatividade, o que influencia na construção dessa memória em coleções presentes nas bibliotecas, apontado inclusive por Pollak (1989) como uma forma de controle da memória, em que existe um esforço na produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, e os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais de bibliotecas, por exemplo.

Além da falta de registros representativos da população das RAs, existe outra narrativa necessária e pouco representada nas coleções, que diz respeito a sujeitos coletivos no DF, principalmente quilombos e povoados, que é uma questão destacada no projeto “Outras Brasílias” ao buscar identificar os “indícios de presença quilombola, indígena, de povos de terreiros e ciganos no Distrito Federal” (Outras [...], 2023). O contexto dessas comunidades foi localizado somente em três títulos: um tratando de forma secundária sobre a presença de povos originários no Planalto Central, e dois títulos trazendo como assunto principal os terreiros localizados no DF e em seu entorno. No caso da obra “Caminhos e descaminhos no Brasil central: a história da região do DF” do historiador Robson Eleutério e publicada em 2018, tem um capítulo intitulado “Povos nativos do Planalto Central”, com informações sobre sítios arqueológicos na região do DF e aldeamentos indígenas.

Nas publicações sobre terreiros, duas obras foram identificadas: “Inventário dos terreiros do Distrito Federal e Entorno – 1ª Fase”, publicado em 2009 e “Terreiros do Distrito Federal e Entorno: Inventário Nacional de Referências Culturais” publicado em 2012. São publicações complementares, organizadas pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Distrito Federal. Conforme apresentado na publicação de 2009, duas motivações levaram a Superintendência ao estudo sobre terreiros, primeiro o “empenho mais geral em conhecer os grupos que atribuem à Brasília o caráter de cidade mística” e segundo “a necessidade de cumprir as determinações constitucionais de políticas públicas voltadas para grupos e comunidades afro-brasileiras” (IPHAN, 2009, p. 18).

Com relação ao motivo dessas representações não estarem presentes em publicações de livros e folhetos, é necessário considerar a dificuldade do processo de publicação (edição e impressão), principalmente para pessoas de baixa renda, pois no geral é necessário um investimento. Neste sentido, existem incentivos governamentais para produções bibliográficas, sendo um deles o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), criado em 1991 pela, hoje denominada, Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC), que oferece apoio financeiro a projetos selecionados por editais públicos. Por meio do FAC, são produzidos livros, além de outras produções artísticas e culturais em todo o DF. Além de auxiliar na publicação de livros, dentre os editais publicados existem alguns que classificam os projetos também pela região dos proponentes, democratizando o acesso às Regiões Administrativas.

As três Coleções Brasília possuem publicações financiadas pelo FAC. Na listagem geral das obras, foram identificadas 44 obras, que utilizaram o FAC para a publicação, um número que pode ser maior, devido à possibilidade de não identificação deste apoio no registro da obra nos catálogos das bibliotecas pesquisadas. Das 44 obras, 36 estão presentes na coleção da BNB, fato justificado por ela ser vinculada à SECEC.

Nessas publicações é possível identificar narrativas alternativas, tendo em vista que, das publicações financiadas pelo FAC, seis tratavam especificamente de RAs, tanto no contexto cultural, quanto no contexto histórico. Da mesma forma, o Distrito Federal foi retratado nessas obras, com 5 publicações, uma delas trazendo uma narrativa histórica no contexto do DF e não de Brasília. Uma das publicações financiadas pelo FAC foi a já mencionada “Caminhos e descaminhos no Brasil central,” que apresenta uma narrativa que trata dos povos originários na região do Planalto Central, demonstrando a relevância dessas políticas públicas na divulgação de narrativas diversas em publicações bibliográficas, fazendo parte de acervos em bibliotecas.

Analizando a abrangência das Coleções, a seleção considera obras que tratem do Distrito Federal como um todo, se ponderar as características de uma coleção sobre o estado e uma sobre a cidade, as Coleções Brasília têm o perfil de coleções sobre o estado, no caso, de toda a unidade federativa do Distrito Federal. Além dessa percepção espacial, o fato de as coleções serem chamadas de Brasília corrobora com o que sempre se buscou destacar na nova capital federal, apesar das coleções considerarem todo o Distrito Federal ao selecionarem as obras. A memória coletiva representada nas coleções estudadas segue o enquadramento da memória conforme aponta Pollak (1989), ao considerar que a construção da memória de um grupo tem contornos, não sendo um processo arbitrário, pois existe uma memória dominante que busca o

estabelecimento de uma imagem, no caso da capital federal, de uma cidade desejada e exitosa desde seu planejamento, uma cidade estabelecida como modernista e igualitária, destacando, inclusive, personalidades consideradas heroicas nesse processo.

6. Considerações finais

As Coleções Brasília são coleções sobre a capital federal, apesar de serem representadas pelo nome Brasília, são coleções que tratam de toda a região. A estruturação dessas coleções é influenciada pelas publicações disponibilizadas em formatos de livros e folhetos, excluindo parte de uma memória registrada em outros suportes, como audiovisual e arquivos, que podem trazer outras perspectivas à coletividade regional.

Com relação ao conteúdo das coleções, Brasília e o Distrito Federal são representados nas obras, muitas vezes de forma sobreposta. As Regiões Administrativas não são representadas na maioria das obras, mesmo fazendo parte da construção e do desenvolvimento da nova capital do Brasil, reforçando a segregação histórica da população de baixa renda e de sua cultura.

É concreto o fato de que as Coleções Brasília corroboram com uma história hegemônica e apologética, constituída em sua maioria pelo próprio estado. A representação de uma memória coletiva de sujeitos diversos pela sua região ou pela sua comunidade fica em segundo plano numa coleção que deveria representar a multiplicidade de sujeitos da região. Ao mesmo tempo, aparecem incentivos para que vozes silenciadas na construção histórica estabelecida sejam ouvidas e representadas em publicações, como no projeto “Outras Brasílias,” da Universidade de Brasília e em políticas públicas como o Fundo de Apoio à Cultura da Secretaria de Cultura e Economia do Distrito Federal.

A reunião de obras sobre determinada região não resulta necessariamente numa memória democrática de determinado coletivo. Existem direcionamentos e enquadramentos naquilo que se produz como narrativa histórica. Essa tendência também é percebida nas Bibliografias publicadas sobre a capital federal. O estudo das Coleções Brasília, presentes na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, na Biblioteca Nacional de Brasília e na Biblioteca Affonso Heliodoro dos Santos, permitiu identificar narrativas hegemônicas, tendências de discursos e lacunas de representação local que influencia na representação mais múltipla e inclusiva da memória regional.

Referências

BESSA, L. F. M., BOULLOSA, R. de F. A metrópole é uma só? reflexões sobre a governança metropolitana de Brasília. In: VASCONCELOS, A. M. N. (Org.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: EdUnB, 2019. p. 121-135.

BESSONI, Giurge; RAMASSOTE, Rodrigo Martins; REIS, Marcelo (coord.). **Terreiros do Distrito Federal e entorno**: Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

BIBLIOGRAFIA Brasília. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.
Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/bibliografia-brasilia>. Acesso em 10 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/1992 a 131/2023, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. 64. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023. (Série legislação, 1).

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Bibliografias**: Brasília. Brasília: Câmara dos Deputados, 1972. (Bibliografias, 3).

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Brasília 360**: repertório bibliográfico. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960**. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Brasília: Presidência da República, 1960. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3751.htm. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4545.htm. Acesso em: 03 jan. 2025.

CAMPELLO, B. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CAMPOS, N. A segregação planejada. In: PAVIANI, A. **A conquista da cidade**: movimentos populares em Brasília. Brasília: EdUnB, 2010.

CHAUÍ, M. de S. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por amostra de domicílios (PDAD) 2021**. 2021.
Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2021-3/>. Acesso em: 20 out. 2023.

DERNTL, M. F. Vertentes da historiografia e da crítica de Brasília. **Arquitempos**, São Paulo, ano 21, fev. 2021. Disponível em:
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitempos/21.249/8010>. Acesso em: 20 out. 2023.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998**. Proíbe a utilização da expressão “satélite” para designar as cidades situadas no território do Distrito

Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do GDF. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1998. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/33283/Decreto_19040_18_02_1998.html. Acesso em: 03 jan. 2025.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997.** Dá nova denominação à Região Administrativa I - RA I. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1997. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/49606/Lei_1648_16_09_1997.html. Acesso em: 03 jan. 2025.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Lei Orgânica do Distrito Federal.** Brasília: Governo do Distrito Federal, 1993. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66634/Lei_Org_nica_08_06_1993.html. Acesso em: 03 jan. 2025.

ELEUTÉRIO, R. **Caminhos e descaminhos no Brasil central:** a história da região do DF. Brasília, DF: Ed. Teixeira, 2018.

FARIA, M. I. R. de; PERICÃO, M. da G. **Dicionário do livro:** da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

GREENHALGH, R. D.; GREENHALGH, M. G. G. Coleções especiais: uma análise da formação dos acervos nas bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, v. 35, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/13340>. Acesso em: 03 jan. 2025.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal.** 2020. Disponível em: <https://atlas.ipe.df.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.

IPHAN. **Inventário dos terreiros do Distrito Federal e Entorno – 1ª Fase.** Brasília, DF: IPHAN, 2009.

IPHAN. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal.** Brasília: IPHAN, 2016.

LE GOFF, J. **História e memória.** 7. ed., rev. Campinas: UNICAMP, 2013.

MANIÇOBA, R. de S. Criação de regiões administrativas no Distrito Federal e o histórico da definição de seus limites geográficos. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, v.10, n.2, 2019, p. 1-30.

NERY, M. Quadrinho recontado. **UnB Notícias**, 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/6481-projeto-da-unb-divulga-historias-alternativas-sobre-o-df>. Acesso em: 20 out. 2023.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 7-28.

OUTRAS BRASÍLIAS. 2023. Disponível em: <https://outrasbrasiliash.com.br/>. Acesso em: 23 out. 2023.

PAVIANI, A. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A. **A conquista da cidade:** movimentos populares em Brasília. Brasília: EdUnB, 2010.

PAVIANI, A. Prefácio. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Brasília 360:** repertório bibliográfico. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SANTA ANNA, J. *et al.* A importância do planejamento, tratamento informacional e divulgação de acervos especiais: o caso da seção coleções especiais da biblioteca central da UFES. **Biblos**, Rio Grande, v. 28, n. 1, p. 47-70, jan./jun. 2014.

Artigo submetido em: 05 ago. 2024
Artigo aceito em: 30 jan. 2025

